

Por Beth Koike

Especialistas dizem, porém, que judicialização para cobertura de procedimentos vai continuar e até aumentar

As operadoras de planos de saúde ainda vão tentar um veto junto ao presidente Jair Bolsonaro, mas já começam a avaliar a possibilidade de ir à Justiça para barrar o projeto, aprovado hoje à tarde no Senado, que obriga os convênios médicos a cobrir tratamentos fora do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O caminho da judicialização também foi adotado por entidades representantes de hospitais, clínicas e laboratórios que entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o piso nacional de enfermagem, sancionado por Bolsonaro no começo do mês.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Valor Investe, em 29.08.2022